

XI CONGRESSO VIRTUAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO COMBATE  
AO BULLYING ESCOLAR

Autores: Túlio Gustavo do Prado Freitas; Livia Neves Masson; Wanderlei Abadio de Oliveira; Maria Cândida de Carvalho Furtado; Marta Angélica Iossi Silva

Modalidade: Resumo expandido

Área Temática: Saúde da Criança e do Adolescente

A violência é um problema de saúde pública presente em todos os ambientes da sociedade, inclusive nas escolas, instituições nas quais a liberdade de pensamento, a criatividade, a amizade e o respeito mútuo são fundamentais para o atingimento dos objetivos educacionais. Neste sentido, esse breve artigo tem como objetivo refletir sobre os conceitos da educomunicação, no que tange às suas contribuições para a melhoria do ambiente escolar e redução do *bullying*.

A comunicação, como pré-requisito para a relação entre os pares, é essencial para a minimização de conflitos que, quando presentes no âmbito escolar, podem prejudicar os objetivos da escola, entre eles, o processo de ensino-aprendizado.

São vários os estudos nas áreas da educação e da saúde acerca do tema da violência dentro dos muros escolares<sup>(1,2)</sup>. Dentre os fatores geradores de comportamentos violentos, encontra-se o aspecto ambiental, indicando que o convívio em um ambiente violento pode estimular a reprodução dos comportamentos agressivos<sup>(3)</sup>.

Conhecida como Estatuto da Juventude, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, em seu artigo 26, Seção VII, determina o direito do jovem à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação<sup>(4)</sup>. Considerando que os jovens passam a maior parte de seus dias na escola, esse direito deve ser assegurado também dentro desses estabelecimentos de ensino.

Ainda no campo jurídico, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, ou Lei de Diretrizes de Base da Educação, estabelece em seu artigo 2º que a educação, “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>(5)</sup>.

Há, portanto, uma oportunidade de que sejam implementadas ações contextualizadas e alinhadas às legislações vigentes, ou seja, que respeitem as imposições jurídicas, ao mesmo tempo em que se oferece uma educação mais participativa e mais motivadora aos estudantes.

Como os jovens aprendem cada vez mais fora do sistema educacional, cabe à escola preparar-se para essas novas configurações da sociedade, implantando procedimentos de reconhecimento dos saberes e do saber-fazer adquiridos na vida social e profissional<sup>(6)</sup>. Mais do que um local no qual o estudante vai para aprender conteúdos, a escola deve ser um local onde se aprende a conviver, respeitar, ouvir, expressar-se, enfim, onde se aprende a ser cidadão e, portanto, exercer a sua cidadania, o que só é possível por meio da comunicação.

Neste sentido, sugere-se a adoção dos princípios da educomunicação, que pode ser compreendida como sendo um campo teórico norteador de práticas socioeducativas e comunicacionais, que objetivam o fortalecimento dos sujeitos sociais por meio do desenvolvimento da interface comunicação/educação, oportunizando as possibilidades de voz e expressão a todos os sujeitos da comunidade escolar<sup>(7)</sup>.

É importante ressaltar que, embora ainda seja um termo desconhecido para muitos, a educomunicação é um campo teórico maduro, cujos conceitos estão baseados nos princípios pedagógicos e da comunicação dialógica de Paulo Freire, que considera os seres humanos como sujeitos sociais, que ensinam e aprendem em grupo, compartilhando saberes construídos historicamente onde a integração com o outro e com o mundo (contexto) possibilita deixar a condição de objeto e assumir de modo ativo a condição de sujeitos das próprias ações<sup>(8)</sup>.

Pelo exposto, considerando o potencial transformador dos “conceitos educacionais” no ambiente educacional, recomenda-se que esses façam parte dos conteúdos programáticos dos cursos de licenciatura para serem estudados e apreendidos pelos futuros profissionais da educação, assim como sejam temas de programas e ações de formação continuada, possibilitando também aos educadores de gerações anteriores o acesso a esse conhecimento.

Por fim, recomenda-se aos gestores escolares o empreendimento de esforços e recursos para que a educomunicação esteja presente de forma constante nos projetos e programas das instituições de ensino, constituindo-se como característica importante da cultura escolar, de forma a contribuir à melhoria dos relacionamentos humanos e à redução dos casos de *bullying*.

## REFERÊNCIAS

1. Mello FCM, Silva JL, Oliveira WA, Prado RR, Malta DC, Silva MAI. A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, p. 2939 - 2948, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12762017>
2. Abramovay M. Cotidiano nas escolas: entre violências. 1. ed. Brasília: UNESCO, Observatório de violência, Ministério da Educação, 2006. 404p. ISBN: 85-7652-057-5

3. Matos MG, Gonçalves SMP. Bullying nas escolas: comportamentos e percepções. *Psicologia, Saúde & Doenças*. Lisboa, vol. 10, n. 1, p. 3-15, 2009. Available from: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36219059001>
4. BRASIL. Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Brasília, 2013.
5. BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
6. Lévy P. *Cibercultura*. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2010, 272 p. ISBN: 978-8573261264.
7. Soares IO. Uma pedagogia da Comunicação. In: APARICI, Roberto. *Educomunicação: Para Além do 2.0*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2014. 328 p. ISBN: 978-8535638165.
8. Freire P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessário à prática educativa*. 58. ed. São Paulo: Paz e terra, 1997. 144 p. ISBN: 978-8577531639.